2



3 ATA DA DUCENTÉSIMA NONAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA 4 DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE EM FORMATO HÍBRIDO.

Aos dezessete dias do mês de novembro de 2022 na sala de comissões Herculano 5 Menezes e Luiz Cabral – Assembleia Legislativa do Estado, situada na 1ª avenida, nº130, 6 7 Centro Administrativo da Bahia -CAB, com as participações dos Senhores(as) Conselheiros (as) presentes: Conselheiros (as) Presentes: Dra. Adélia Maria Carvalho de 8 Melo Pinheiro (Secretária da Saúde), Marcos Antonio Sampaio (presidente do CES), 10 Maurício Carneiro Paim, Rosalvo de Oliveira Júnior, Isadora Oliveira Maia, José Saturnino Rodrigues, Thiago Lopes Cardoso Campos, Jorge Castilho Mullem Neto, 11 Maria Soraya Pinheiro, Ana Carina Dunham Monteiro, Maria Luiza Leitão Campelo, 12 13 Holmes Rocha dos Santos Filho, Anderson Freitas de Santana, Maria da Conceição Sanches Passidomo, Kairo Silvestre Damasceno, Lourani Carneiro, Maria Ângela da 14 Mata, Francisco José Sousa e Silva, Edson Cruz Santos, Maria Helena Machado Santa 15 Cecília, Milena Botelho Pereira Soares, Maria Helena Ramos Belos, Raimundo 16 Rodrigues Cintra, José Silvino Gonçalves dos Santos e Ananias Nery Viana. Tendo como 17 pauta: Informes dos(as) conselheiros (as), Apresentação do Parecer referente ao Pedido 18 de Vistas do Relatório de Gestão da SESAB, exercício 2021; Apresentação da 19 Programação Anual de Saúde - PAS 2023; Apreciação da Minuta da Resolução acerca da 20 Recomposição das Comissões Técnicas, Provisórias, Permanentes e dos Grupos de 21 Trabalho do Conselho Estadual de Saúde da Bahia. O presidente Marcos Antonio 22 Almeida Sampaio às 10:00h cumprimentou a todos e todas e solicitou a conselheira 23 24 Maria Luiza Campelo para verificar o quórum. Quórum informado com 17 conselheiros (as). O presidente leu o roteiro. Solicitou a conselheira Luiza Campelo para coordenar as 25 26 inscrições para os informes e, ao apoio da Secretaria Executiva para ficarem atentos ao chat. pela conselheira Luiza Campelo prosseguiu com os informes. Conselheiro José 27 Silvino Gonçalves Santos cumprimentou a todos e todas e mencionou sobre o retorno 28 após o processo eleitoral bastante importante para sustentar a democracia e disse que veio 29 do período da ditadura e que era militante desde a época da escola. Disse que queria 30 aproveitar a presença da Secretária da Saúde e colocar sobre a regulação do estado. 31 32 Mencionou o nome da senhora Rita que deu uma entrevista educativa na rádio e retirou muitas dúvidas dos ouvintes sobre a regulação no estado e que trouxe informações 33 importantes como a importância da atualização do relatório médico que trata do estado 34 do paciente que fornece elementos para a regulação. Disse que escutou até o último 35 momento da entrevista e que foi uma ação muito importante para a comunidade, sugeria 36 que o conteúdo da entrevista fosse utilizado na elaboração de uma cartilha para os 37 usuários com as informações passadas pela referida senhora. Disse que precisavam 38 defender a regulação. Colocou de se fazer uma agenda propositiva com o CNS sobre a 39 saúde mental e propôs o dia 02 de janeiro de 2023, onde os conselheiros tratassem 40 diretamente com o CNS essa pauta. Disse que conhecia a realidade dessa população e 41 mantinha contato com familiares. Conselheira Maria Helena Santa Cecília informou 42 43 que a APALBA fez no mês de outubro o primeiro documentário sobre a instituição e que teve a participação do conselheiro Joselito. E que o coletivo foi convidado pelo Ministério 44

da Saúde para debater a portaria de atenção à saúde da pessoa com albinismo e que o conselheiro Joselito participará pela APALBA. Conselheiro José Saturnino Rodrigues colocou que foi superintendente da regulação entre 2015 e 2016 e que defendia muito a regulação e que soube da entrevista de Rita na rádio. Disse que as pessoas tem ideias equivocadas sobre a regulação que na verdade era um serviço de "call center" e referiu a questão da atualização do relatório médico sobre a evolução do paciente que as vezes muda com o passar das horas e até minutos e era muito importante para a equipe médica avaliar a situação e muitas vezes a demora do relatório implicava na mudança da situação do paciente. Disse que a regulação salva muitas vidas e que as críticas são injustas porque a regulação faz é capitação de leitos. Conselheiro Rosalvo de Oliveira Júnior disse que estava conversando com a vice-presidente do CES sobre o aumento dos positivados da covid 19 e pedia agilidade na disponibilização das vacinas de segunda geração. Pediu informações sobre os últimos dados da Bahia e no Brasil e que muitas pessoas estavam positivando e que a ANVISA estava parada e estavam assumindo um novo governo e as vezes as coisas podem demorar. Sugeriu que o CES pensasse em alguma ação ou reunião extraordinária para pensarem a saúde do povo da Bahia. Conselheiro Francisco José Sousa e Silva cumprimentou a todos e disse que trazia uma convocatória da CTB para que os conselheiros e conselheiras e demais presentes participassem de ato do dia da Consciência Negra que seria realizado no dia 19 de novembro de 2022 às 15h na Praça da Sé e que no domingo dia 20 haveria uma feira no mercado IAÔ na cidade baixa, também aconteceriam as marchas no centro da cidade do Campo Grande a Praça da Sé e na Liberdade do Curuzu ao Pelourinho, além da lavagem de Zumbi dos Palmares. Colocou também de evento no sindicato dos bancários na avenida sete. Conselheira Ana Carina Dunham Monteiro lembrou que estava acontecendo o Congresso de Enfermagem na Bahia, ABRASCO e referiu a abertura no dia anterior. Também lembrou que naquele dia haveria ato de mobilização sobre o piso da enfermagem e que a movimentação seria em frente ao Hotel FIESTA às 18 horas onde ocorria o Congresso. O presidente Marcos Antonio Almeida Sampaio deu informe da mesa dizendo que foi realizada reunião com o HUPES para discutir sobre o mês de novembro, mês da anemia falciforme, falou do congresso ABRASCO 2022 e que todos os conselheiros (as) foram informados da inscrição e os que quiseram participar estavam inscritos. Referiu o Fórum de Enfermagem, Congresso ABRASCO que o CES está com ampla participação com stand de divulgação das principais ações do conselho e que levou banner que era uma forma de divulgar o Conselho Estadual de Saúde. Falou de reunião com a SAFTEC com as entidades de patologias para discutir as irregularidades do fornecimento de medicamentos e foi retirado deliberação de enviar oficio ao Conselho Nacional de Saúde. Falou também do Fórum aberto pelo MP e assim que enviarem a próxima data estarão divulgando e que estão também encaminhando para os conselheiros do estado e conselheiros municipais. Sobre o aumento dos casos de covid disse que o CES foi convidado para falar sobre essa situação e reforçava o pedido da vacina e inclusive o Conselho já havia deliberado sobre vacinação algumas vezes já convocava o conselheiro Thiago e a conselheira Isadora para elaboração de um texto. Falou do uso de máscaras para as pessoas com comorbidade e de baixa imunidades, algumas medidas pontuadas nesse sentido como uma recomendação porque não tem indicador que diga que precise ser obrigatório. Informou do 2º Simpósio de Enfermagem que faz parte do ABRASCO nos dias 19 e 20 de novembro de 2022 pediu que os conselheiros pudessem ir, pois seria muito bom. Conselheira Adélia Maria Carvalho de Melo Pinheiro disse que era a primeira reunião do CES, depois do resultado das eleições no segundo turno. Falou das propostas vitoriosas com ampla participação da Bahia que assumem compromisso com o SUS que estava constantemente ameaçado no cenário nacional e não podia deixar de

45

46 47

48

49

50

51

52

53

54

55

56 57

58

59 60

61

62 63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75 76

77

78 79

80

81

82

83

84 85

86

87 88

89

90

91

92

93

registrar, lembrou o processo de transição e parabenizou conselheiro Thiago Campos que 95 faz parte do governo de transição, bem como Dra. Roberta chefe de gabinete da SESAB. 96 97 Disse que iria assumir a provocação de fazer um seminário sobre Regulação que é um tema sensível para todos e viram isso diante das disputas eleitorais. Disse que o momento 98 não era oportuno e assumia o compromisso de fazê-lo junto com o CES. Disse que com 99 relação a covid, a Bahia não estava em estabilidade porque o dado mais recente mostra 100 um crescimento pequeno, consistente e diário, tem discreta repercussão sobre a demanda 101 no serviço de saúde, hospitalar com internamentos e não tem repercussão em óbito no 102 103 momento e estavam reforçando a mídia para destacar que tem cinco milhões de pessoas que devem vacina e precisavam intensificar a busca por essas pessoas e a busca de testes 104 sintomáticos. Falou do isolamento das pessoas positivadas ou sintomáticas. Falou que 105 ainda não é obrigatório o uso de máscara e continua no decreto vigente obrigatório no 106 serviço de saúde e nesse momento como medida coletiva não justificava o uso obrigatório 107 de máscaras, sempre lembrando que máscara pode parecer instrumento inócuo, mas não 108 é, ela traz efeitos adversos, a exemplo das dificuldades de desenvolvimento da oralidade 109 das crianças que nasceram nessa pandemia e objeto de reconhecimento de expressão 110 facial, como toda medida individual era de responsabilidade de cada um, era preciso 111 colocar na balança beneficios e maleficios. Sobre a sugestão do CES de se posicionar 112 113 sobre a vacina de segunda geração, a ANVISA tardando essa análise e não tem ainda no país estudos que mostram que essas vacinas têm melhores resultados. Informou que a 114 SESAB estava verificando os estoques de vacina e discutir na CIB a possibilidade de 115 aplicação de 5^a dose para trabalhadores de saúde, majores de sessenta anos e 116 imunossupressos e trabalhadores acima de sessenta anos. Convidou aos conselheiros e 117 conselheiras inscritos para visitarem o stand da SESAB no Congresso da ABRASCO e 118 fazer um momento lá no stand da enfermagem e assim colocou que a Bahia era o centro 119 do SUS nesse momento e precisavam fazer festa com isso. Arão Capinam secretário-120 executivo fez leitura das comunicações da SESAB. COMUNICAÇÕES DA SECRETARIA 121 ESTADUAL DE SAÚDE DA BAHIA - CONVÊNIOS: Cumprindo a Portaria/GM n.º 1074 de 122 29/05/2008, que aprova o Manual de Cooperação Técnica e Financeira por meio de 123 Convênios, no seu capítulo 5, item 5.3, comunicamos a este Conselho, que solicitaremos 124 a Caixa Econômica Federal a Prorrogação de Vigência do Convenio nº 766269/2011, 125 Contrato de Repasse nº CT. 0374142- 06/2011, que tem por objeto "Construção da 126 Maternidade de Camaçari", no valor total de R\$ 41.255.163,08(Quarenta e um milhões, 127 duzentos e cinquenta e cinco mil, cento e sessenta e três reais e oito centavos), cujo prazo 128 expirará em 31/12/2022. Cumprindo a Portaria/GM n.º 1074 de 29/05/2008, que aprova 129 o Manual de Cooperação Técnica e Financeira por meio de Convênios, no seu capítulo 5, 130 item 5.3, comunicamos a este Conselho, que solicitaremos a Caixa Econômica Federal a 131 Prorrogação de Vigência do Convenio nº 768282/2011, Contrato de Repasse nº CT. 132 0375085-44/2011, que tem por objeto "Reforma do Bloco Cirúrgico/Obstétrico do 133 IPERBA", no valor total de R\$2.449.743,40(Dois milhões, quatrocentos e quarenta e 134 nove mil, setecentos e quarenta e três reais e quarenta centavos), cujo prazo expirará em 135 31/12/2022. Cumprindo a Portaria/GM n.º 1074 de 29/05/2008, que aprova o Manual de 136 Cooperação Técnica e Financeira por meio de Convênios, no seu capítulo 5, item 5.3, 137 comunicamos a este Conselho, que solicitamos ao Ministério da Saúde a Prorrogação da 138 n.º 139 Vigência Convenio Federal 813416/2014, atinente 25000.224599/2014-18, que tem por Objeto "Aquisição de Equipamentos e Material 140 Permanente para Atenção especializada em Saúde Bucal", no valor total de R\$ 141 142 843.000,00 (Oitocentos e quarenta e três mil reais), cujo prazo expirará em 31/12/2022. A Comissão Intergestores Bipartite da Bahia - CIB apresenta as seguintes resoluções 143 de nº 269 a 294, aprovadas no seu âmbito para conhecimento deste Conselho Estadual de 144

Saúde - CES. (Enviadas na íntegra por e-mail para conhecimento dos Conselheiras (os) 145 no dia 01/11/2022. 1-RESOLUÇÃO CIB Nº 269/2022 - Aprova ad referendum a 146 solicitação de desabilitação da Conquista Assistência Médica Ltda – ONCOMED RADIO 147 como Serviço de Radioterapia de Complexo Hospitalar, em gestão municipal e 148 manutenção da habilitação do Hospital Geral de Vitória da Conquista como Unidade de 149 Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (UNACON), em gestão estadual, no 150 município Vitória da Conquista. 2-RESOLUÇÃO CIB Nº 270/2022 - Aprova as 151 Comissões de Integração Ensino e Serviço Regionais com vistas ao cumprimento dos 152 dispositivos da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e no intuito de 153 fortalecer a Política Estadual de Gestão do Trabalho e Educação Permanente em Saúde 154 3-RESOLUÇÃO CIB Nº 271/2022 - Aprova ad referendum a 155 solicitação ao Ministério da Saúde de incremento de recurso financeiro para o teto 156 financeiro federal de Média e Alta Complexidade (MAC), população própria e 157 referenciada, para o município de São Félix. 4-RESOLUÇÃO CIB № 272/2022 - Aprova a 158 159 Comissão de Integração Ensino Serviço Estadual Bahia com vistas ao cumprimento dos 160 dispositivos da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e no intuito de fortalecer a Política Estadual de Gestão do Trabalho e Educação Permanente em Saúde do SUS-Bahia. 5-161 162 RESOLUÇÃO CIB № 273/2022 - Aprova o pleito junto ao MS da Proposta de convênio nº 913613/22-0001, para Ampliação de Unidade de Atenção Especializada em Saúde no Município 163 Santanópolis. 6-RESOLUÇÃO CIB № 274/2022 - Aprova ad referendum a solicitação ao 164 165 Ministério da Saúde (MS) da incorporação de recurso financeiro para o teto financeiro federal 166 de Média e Alta Complexidade (MAC), população própria, do município Cabaceiras do 167 Paraguacu, gestão municipal. 7-RESOLUÇÃO CIB № 275/2022 - Aprova ad referendum a emissão de Parecer Favorável ao projeto de implantação do Centro de Especialidades 168 Odontológica (CEO Tipo I) do município de Conceição do Jacuípe. 8-RESOLUÇÃO CIB № 169 276/2022 - Aprova ad referendum a emissão de Parecer Favorável ao Projeto Assistencial da 170 171 Equipe Multiprofissional de Atenção Especializada em Saúde Mental (e-MAESM Tipo I) 172 apresentado pelo município de Anguera. 9-RESOLUÇÃO CIB № 277/2022 - Aprova ad referendum a habilitação dos procedimentos de Laqueadura Tubária e Vasectomia em unidade 173 174 do Município de Jaguaquara. 10-RESOLUÇÃO CIB № 278/2022 - Aprova ad referendum os estabelecimentos e serviços de saúde componentes da Linha do Cuidado às Pessoas Vivendo 175 176 com o Vírus HTLV da Região de Saúde de Cruz das Almas. 11-RESOLUÇÃO CIB № 279/2022 -177 Aprova ad referendum os estabelecimentos e serviços de saúde componentes da Linha do 178 Cuidado às Pessoas Vivendo com o Vírus HTLV da Região de Saúde de Teixeira de Freitas. 12-179 RESOLUÇÃO CIB № 280/2022 - Aprova ad referendum a emissão de Parecer Favorável ao projeto de implantação do Centro de Especialidades Odontológica (CEO Tipo I) do município de 180 Santana. 13-RESOLUÇÃO CIB Nº 281/2022 - Aprova ad referendum a emissão de Parecer 181 Favorável ao Projeto Assistencial da Equipe Multiprofissional de Atenção Especializada em 182 Saúde Mental, tipo I, no município de Macururé. 14-RESOLUÇÃO CIB № 282/2022 - Aprova ad 183 184 referendum a emissão de Parecer Favorável ao Projeto Assistencial da Equipe Multiprofissional 185 de Atenção Especializada em Saúde Mental (e-MAESM Tipo II) apresentado pelo município de Umburanas. 15-RESOLUÇÃO CIB № 283/2022 - Aprova ad referendum a emissão de Parecer 186 Favorável ao Projeto Assistencial da Equipe Multiprofissional de Atenção Especializada em 187 188 Saúde Mental, tipo I, no município de Novo Triunfo. 16-RESOLUÇÃO CIB № 284/2022 - Aprova as alterações referentes às unidades de referência COVID, do Plano Estadual de Contingência 189 190 para Enfrentamento do novo Coronavírus – SARS CoV2 no estado da Bahia e Leitos Clínicos e de 191 UTI COVID a serem desmobilizados. 17-RESOLUÇÃO CIB № 285/2022 - Aprova ad referendum 192 a habilitação do procedimento de Vasectomia na Policlínica Regional de Saúde do Município 193 Brumado – Bahia. 18-RESOLUÇÃO CIB № 286/2022 - Aprova ad referendum o remanejamento 194 de leitos de UTI, habilitados, com pendência, pela Portaria GM/MS n° 220/2022, incorporados à Rede de Atenção à Saúde do Estado da Bahia no ano de 2022. 19-RESOLUÇÃO CIB № 287/2022 195

196 - Aprova ad referendum a emissão de Parecer Favorável ao Projeto Assistencial da Equipe Multiprofissional de Atenção Especializada em Saúde Mental, tipo II, no Município Guajeru. 20-197 RESOLUÇÃO CIB № 288/2022 - Aprova ad referendum a emissão de Parecer Favorável ao 198 Projeto Assistencial da Equipe Multiprofissional de Atenção Especializada em Saúde Mental, tipo 199 200 II, no Município Cafarnaum. 21-RESOLUÇÃO CIB № 289/2022 - Aprova ad referendum a emissão de Parecer Favorável para habilitação de Serviço Residencial Terapêutico - SRT Tipo II, 201 202 no Município Pé de Serra. 22-RESOLUÇÃO CIB № 290/2022 - Aprova ad referendum o 203 credenciamento do Centro Especializado em Reabilitação (CER III), nas temáticas de Reabilitação Física, Reabilitação Auditiva e Reabilitação Intelectual no município de Lauro de Freitas, 204 205 integrando a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPD) na Bahia. 23-RESOLUÇÃO CIB 206 Nº 291/2022 - Aprova ad referendum o Projeto de Implantação do Centro de Referência 207 Regional em Saúde do Trabalhador - CEREST, no Município Cruz das Almas. 24-RESOLUÇÃO CIB 208 Nº 292/2022 - Aprova ad referendum o remanejamento de recursos do Bloco de Custeio -209 Incentivo para Ações Estratégicas, proveniente do Plano de Expansão dos Laboratórios de Próteses Dentárias na Bahia, do Fundo Nacional de Saúde (FNS) para os Fundos Municipais de 210 211 Saúde, condicionando-o ao credenciamento de Laboratório Regional de Prótese Dentária (LRPD) 212 pelo Ministério da Saúde. 5-RESOLUÇÃO CIB № 293/2022 - Aprova o Projeto de Transporte Sanitário do município Brejões. 26-RESOLUÇÃO CIB № 294/2022 - Aprova o pleito do convenio 213 junto ao MS da Proposta de Aquisição de Equipamento e material Permanente nº 214 215 11418.640000/1220-01, para ampliação de Unidade de Atenção Especializada em Saúde no Município Caetité e outras disposições. Conselheira Ana Carina Dunham cumprimentou 216 a todos e todas. Colocou que o pedido de vista era algo complementar ao parecer emitido 217 218 pelo conselheiro Thiago Campos que foi muito bem feito. E iniciou sua apresentação. APRESENTAÇÃO DO PEDIDO DE VISTA RELATÓRIO DE GESTÃO - RAG 2021. 219 Após a apresentação, o presidente Marcos Antonio Almeida Sampaio pediu a 220 221 conselheira Maria Luiza Campelo para as coordenar as inscrições para as considerações dos (as) conselheiros (as). Conselheiro Francisco Souza e Silva parabenizou o pleno do 222 CES no exercício da democracia, no tocante a prestação de contas e parabenizava a 223 224 conselheira Ana Carina Dunham que solicitou vistas ao parecer do conselheiro Thiago Campos, no sentido de aprimorar essa ferramenta tão importante para avaliação do SUS 225 no estado da Bahia. Solicitou empenho da Secretaria no tocante, não a facilidades, mas 226 pelo menos a democratização do processo de encaminhamentos do trato orçamentário do 227 CES por parte do Governo da Bahia. Falou que o SUS ao longo dos últimos dois ou três 228 229 anos por conta da pandemia, provou o quanto é importante para salvar vidas no Brasil e 230 que não podiam no estado da Bahia ainda ter o orçamento de forma tão atrelada e tutelada a Secretaria da Fazenda. Disse que quando o Conselho é evocado a dar conta da análise 231 da prestação de contas ficava limitado e sabia que não era a Secretaria de Saúde que ficava 232 com a responsabilidade de aportar o maior recurso ou não para o Sistema Único de Saúde. 233 Colocou que ficava a tarefa dos conselheiros meio limitada de avaliar e solicitar mais 234 orçamento para a saúde, mas reconhecia que há burocracias e técnicas relacionadas a 235 estrutura colocadas à disposição do planejamento da SESAB do orçamento da saúde do 236 estado e referiu que vem uma nova gestão para o governo e esperavam que o trâmite do 237 deslocamento do orçamento fosse melhor observado para que este conselho tenha a 238 possibilidade de cumprir seu papel. Conselheiro José Silvino Goncalves achou 239 importante a colocação do conselheiro Francisco em parabenizar a conselheira Ana 240 Carina e o conselheiro Thiago Campos. Disse que não encontrou algo que pudesse 241 questionar. Lembrou a fala do presidente eleito que estava participando da COP27 no 242 Egito, quando disse que era importante cobrar os compromissos estabelecidos. Disse que 243 as ressalvas são muito importantes e perguntou o que iriam fazer com as ressalvas 244 apresentadas pela conselheira Ana Carina e que precisava ter um desdobramento das 245 246 ressalvas e pedia para não deixassem cair no esquecimento e que lá no futuro fosse

apresentado o resultado. Conselheira Isadora Oliveira Maia cumprimentou a todos e todas disse que precisavam fazer um resgate do parecer do conselheiro Thiago Campos muito bem feito e as ressalvas feitas pela conselheira Ana Carina e pela conselheira Stela Souza. Falou de como entender se eram ressalvas ou recomendações no parecer RAG 2021 e falou se iriam votar as ressalvas ou se iriam incluir no texto do parecer original como recomendações. Disse que o conselheiro referiu no parecer do conselheiro Thiago Campos, que lendo não parecia uma recomendação, mas era sobre o número de auditorias realizadas, e o valor gasto, tendo em vista que foi ano de pandemia e para ela cumpriu a meta porque as auditorias subsidiavam também outros espaços e ainda bem que o valor não foi todo gasto, também houve recomendações de não se gastar tanto, e isso era uma visão, e se tivesse ali presente alguém da auditoria poderia falar e corroborar falando da importância deste trabalho da auditoria muito bem feito naquilo que o SUS precisava. Disse que para ela foi cumprida a meta. Sobre as ressalvas da conselheira Ana Carina tinham que definir se iriam debater ou votar e que naquele momento iria se ater as eleições do CES. Colocou que as eleições do CES foram legítimas e foram acompanhadas pelo MP e as discussões não estão em RAG porque foram discussões internas do CES, para não ter possíveis repercussões que poderiam ser maiores ou menores. Conselheiro Thiago Lopes Cardoso Campos cumprimentou a todas e todos, se descreveu antes de falar. Disse que o trabalho de se fazer um parecer era um exercício muito importante, mas deveria ter sido feito por uma comissão específica de vários membros para que viesse depois para avaliação daquele plenário. E como ainda estavam com o problema das comissões acabou sendo um trabalho individual, por mais que houvesse o pedido da conselheira Ana Carina e outros conselheiros para que fizessem em grupo. Disse que quando apresentou o parecer ainda pediu desculpas por conta do prazo apertado do cumprimento da obrigação legal, o mesmo acabou fazendo sozinho e esse complemento que a conselheira Ana Carina trazia do pedido de vista somava e agregava, mas tinha um detalhe e que quando leu o relatório da conselheira teve a mesma impressão que o RAG faz o cumprimento das metas que foram constantes na PAS e que foi aprovado pelo pleno do CES. Colocou que as pontuações tanto dele quanto da conselheira Ana Carina tinha a ver com a forma como fixaram as metas e se essas metas estavam ou não adequadas, se eram factíveis de serem atingidas, se facilmente atingíveis ou se atingiam aquilo que queriam. "Por isso que indicou quando deu seu parecer pela aprovação e recomendações ao pleno e a SESAB para que nesse processo de definição dessas metas e aperfeiçoassem esse processo fixando metas que nem fossem facilmente atingidas, mas que refletissem aquilo que o conselho achasse importante priorizar. Disse que a leitura do parecer da conselheira Ana Carina, o seu conteúdo material era muito semelhante ao seu, indica tanto no primeiro ponto, quanto ao segundo e quanto ao quarto, indicava aperfeiçoamento do processo de metas e não era materialmente ressalvas, é recomendação, e por isso indicou aprovação com recomendações ao CES e a Secretaria e que quando fosse votado pelo pleno, levassem em consideração as recomendações e que inclusive iriam discutir no segundo ponto de pauta a PAS que precisavam olhar para ela a partir dessas recomendações, extraindo da avaliação do último período como é que foi essa pactuação, e era por isso que chamava atenção e até pedia a conselheira Carina se ela quisesse recolocar, que o conteúdo material era igual ao dele, somando-se as dele e as da conselheira Ana Carina. Conselheira Adélia Maria Carvalho de Melo Pinheiro disse que a fala do conselheiro Thiago Campo já a contemplava, exceto na última palavra do último parágrafo do parecer que se tratava de revisão que trazia uma questão já vencida por este Conselho nas devidas instâncias, referindo-se ao processo eleitoral da mesa do CES na questão de legitimidade, a qual já se encontrava vencida nas instâncias competentes. Disse que quanto as considerações sobre a revisão de metas, e também

247

248249

250

251252

253

254

255

256

257

258

259

260

261262

263

264265

266

267

268

269

270271

272

273

274

275

276

277278

279

280 281

282

283

284

285

286 287

288

289 290

291

292

293

294

295

valores empenhados e escritos em restos a pagar o estado honrou o pagamento não se enquadravam em ressalvas e sim em recomendações. Conselheira Ana Carina Dunham disse que as falas foram bastante oportunas e que no seu entender os restos a pagar precisavam aparecer no relatório de gestão, e não podiam deixar que isso passasse, e que na verdade houve omissão dentro do relatório e como estavam pedindo revisão de metas, isso tinha que aparecer os restos a pagar e que a sua proposta no RAG 2021 era que aparecesse a questão dos restos a pagar, seguindo a linha de raciocínio do CNS que no último relatório apontou isso porque sempre era falado sobre dívida pública e inclusive era bandeira de luta a revogação da emenda 95 que fala muito dessa dívida e precisavam dessa transparência a fim de que tenham mais respaldos nas suas lutas, e de resto, poderiam colocar sim como recomendação. Falando em relação ao ponto quatro, disse que passou e estavam ali, mas, resvalou na questão da atuação do Conselho, haja vista que até aquela data não tinham as comissões montadas e isso não se apresentou no relatório por conta da comissão de orçamento e planejamento financeiro do CES não ter sido consultada antes, não participou e acabou sendo um trabalho individual, pela ausência da formação das comissões e que isso tinha uma repercussão e tudo começou desse processo. Disse que existia uma parte qualitativa do relatório que não poderia ser desconsiderada e quando apontavam os números e não se explicitava o que representam, ficavam como meros retratos. E que precisavam ter um diagnóstico e que fazia parte de uma análise crítica e discursiva acerca de números e como era uma avaliação que a mesma apontou desde a época da PAS, mais uma vez traziam essa análise crítica que repercutia negativamente na atuação do Conselho Estadual de Saúde e que não poderia passar despercebida. Conselheiro Thiago Campos disse que os restos a pagar estavam sim no relatório, o que acreditava que não tinha era a evolução da meta em série histórica e que a recomendação era fazer acompanhamento apresentando a série histórica e que era importante ouvir a área técnica e que constava no relatório os restos a pagar. Naquele momento foi consultada a área técnica presente, e a senhora Emanuele informou que os montantes dos restos a pagar se encontravam no relatório sim e que constava também no SIOPS e são públicos e que poderiam levar a série histórica para o RAG 2021 que ficaria um pouco maior, mas essa exigência já tinha sido passada ao FESBA para os próximos relatórios. A coordenadora da APG Maria Aparecida (Suzi) disse que o conselheiro Francisco pediu anteriormente e que quem fazia essa parte era o FESBA e que poderiam sim fazer um quadro resumo com a série histórica porque aí não precisava apresentar 100 páginas. O presidente Marcos Sampaio parabenizou a conselheira Ana Carina principalmente porque conviveu muito com a conselheira e já conhecia sua competência. Disse que como presidente do conselho não era discordar, mas ao colocar dessa formas as ressalvas negariam toda a trajetória do CES em 2021 e que se pode narrar a história, mas não mudar a história, e este conselho foi o órgão que em 2021 mais defendeu a aquisição de vacinas no estado da Bahia e entraram inclusive em discussão com o mercado empresarial, artístico reafirmando o valor da ciência nas decisões importantes se ia ter ou não o carnaval 2021; tomaram decisões importantes que foi a apresentação da política para as pessoas com albinismo, fizeram ações e discussões de temas importantes e quando se refere a negatividade de um processo que cada um de alguma forma contribuiu e não poderia se isentar, nem isentar ninguém de culpa e cada um sabe o que fez no "verão passado" e durante o processo eleitoral do CES e sabiam porque as comissões não saíram e que o processo se alongou e daí o porquê que as comissões não saíram e não porque dependeu de um ente do conselho. Disse que enquanto mesa tem feito esforço e tem enviado com bastante antecedência os documentos para análise. Referiu o regimento e pediu ao conselheiro Thiago e a conselheira Isadora para fazer uma análise e se mais alguém quiser participar revisar o regimento. Disse que as comissões

297

298 299

300

301

302

303

304 305

306

307

308 309

310

311312

313

314 315

316 317

318

319

320 321

322

323

324 325

326

327 328

329

330 331

332

333

334

335

336337

338

339 340

341

342

343

344

345

são feitas pelo do CES e todos receberam os documentos relatório e parecer e que poderiam ter enviado suas contribuições e também enviaram contribuições. Falou que foi ano de pandemia que muita gente tombou, um ano que as decisões não foram tão fáceis e que enfrentara o fascismo na ameaça da democracia. Falou da ameaça à democracia e dos "gatos pingados" que ainda estão nas portas dos quartéis beijando as paredes que não podem subestimar. Disse que não se recorda de um processo eleitoral ter passado tanto tempo no MP como este passou. As principais dificuldades que houveram no processo eleitoral foram decididas numa reunião com o CNS, com o Ministério Público, com a comissão e com as entidades que faziam parte e com o pleno do conselho. Disse que não discordava, respeitava e que o processo democrático tinha essas questões e como conselheiro era alguém que defende na essência a participação popular, os espaços de controle social e se sentia extremamente entristecido e que eles mesmos deveriam valorizar esse espaço que deveria ser exaltado e estavam ali avaliando dois relatórios de duas pessoas que são atores de grande competência, conselheiro Thiago do IDISA, sanitarista e advogado que foi defender no STF e calou a boca dos Ministros e a conselheira Ana Carina que tem experiência vasta, então era muito honroso estar ali, mas agora cabia colocar para apreciação. Pediu desculpas pelo desabafo. Disse que tinham dois encaminhamentos a fazer depois da fala da conselheira Isadora. Conselheira **Isadora Oliveira Maia** disse que já foi parecerista de três RAGs e que o regimento fala da retirada de um parecerista ou as vezes 02 pareceristas que se juntavam e faziam o parecer e as comissões de assessoramento, e inclusive na sua época tinha Chaider, Juçara e Rosa que dava apoio a comissão de orçamento sempre que precisava, mas o parecer era feito pelo parecerista e que os valores estavam no relatório. Então tinha a disponibilidade da área técnica para retirada de dúvidas. Disse que poderiam resgatar a série histórica dos restos a pagar que estão nos RAGs e cabia ao CES deliberar. Conselheira Adélia **Pinheiro** perguntou a área técnica se constava na no relatório sob análise e se as despesas, investimentos e restos a pagar. O que foi confirmado que sim. E que o encaminhamento era estranho em relação ao modelo apresentado. A técnica Emanuele da APG disse que se o modelo era o que a lei diz e que se não atendia a expectativa do pleno poderiam rever o modelo e que todo encaminhamento era baseado na lei e tem todas as informações e estão todas no SIOPS. A conselheira Ana Carina Dunham disse que quanto mais transparência melhor facilitava e era bandeira que defendia sempre. E que durante a Conferência de Saúde mental foi citado a emenda 95 que era para ela imprescindível a revogação. E que o presidente não se entristecesse não, e referiu o afastamento dos movimentos sociais, sindicatos e as vezes se distanciavam e isso os enfraqueceu. E que suas críticas eram para aparar arestas e crescer. E que não era uma crítica destrutiva. E que o governo terá êxito se governar com o povo e esperava por isso. E que comemorava todos os dias o resultado das eleições na Bahia.. Disse que muito estiveram envolvidos e Lula precisava fazer essa aproximação com os movimentos sociais. Referiu a luta do conselheiro Marcos e que o presidente podia contar com ela. O presidente Marcos Sampaio disse que reconhecia a legitimidade das proposições e que tinham dois encaminhamentos que era o parecer do conselheiro Thiago incluindo as recomendações e o que a conselheira Ana Carina trouxe que parte seria ressalva ou recomendação. A conselheira Ana Carina disse que achava melhor a apresentação da série histórica e que seguia o que recomendava o CNS e que o restante ficava como recomendações. O presidente explicou a votação. Votariam pelo parecer de Thiago com recomendações e a segunda proposta da conselheira Ana Carina que trazia o item um da prestação de contas como ressalvas e o restante como recomendação. 17 votos para a primeira proposta parecer do conselheiro Thiago com recomendações. Em votação a proposta 2 teve seis votos. APRESENTAÇÃO DA PAS 2023. Expositora: Emanuele da APG. Após a

347

348 349

350

351

352

353

354

355

356

357

358 359

360

361 362

363

364 365

366 367

368

369

370 371

372

373

374375

376

377378

379

380 381

382

383

384

385

386

387

388

389 390

391

392

393

394

395

apresentação a mesa passou as considerações dos conselheiros (as). Conselheiro Thiago Campos parabenizou a equipe da APG e disse que tinha duas questões rápidas. Disse que o planejamento neste ano foi muito específico e governamental, tendo em vista que o novo governo vai se estabelecer e por mais que seja do mesmo grupo político era um novo governo. Quis saber se o planejamento era o mesmo do governo que saiu vitorioso da eleição, se tinha correlação ou se precisava fazer ajustes. E o segundo ponto era se as recomendações emitidas e que definiram no RAG, se em algum momento foram avaliadas e se as metas do RAG foram incorporadas pela equipe do planejamento da SESAB na elaboração da PAS. Colocou sobre o valor aumentado do financiamento do ano anterior para esse ano e ficava feliz e que era uma sinalização positiva para diversas ações, mas queria entender. Referiu que teriam menos recursos porque o recurso da covid não viria para incremento em recurso da saúde e quis saber qual a expectativa de recursos para a área da saúde. Conselheiro Rosalvo Júnior falou sobre a meta um, compromisso um, iniciativa dois e iniciativa cinco e meta três do plano estadual de contingências. E disse que ressaltava porque estavam agora discutindo no Egito com a sociedade civil discutindo as mudanças climáticas na COP27 e as discussões sobre financiamento e desmatamento e que infelizmente o presidente do CES não pode estar presente. E colocou que uma questão discutida lá na COP do Egito era a questão de 70% das novas doenças eram as doenças advindas das mudanças climáticas e fez menção a se organizarem para a próxima COP participarem em 2024 ou 2025 na Amazônia. Referiu a PGP surgiu a questão do plano estadual de mudanças climáticas do estado da Bahia e que teriam conversa com o governador por intermédio do grupo de transição e iria se juntar ao conselheiro Thiago na criação da autoridade estadual para mudanças climáticas e estava na pauta do dia. E pedia atenção especial ao tema porque ele estava na agenda mundial, do Brasil e um dos temas fundamentais eram as doenças originadas das mudanças climáticas. Disse que o presidente eleito se comprometeu com o mundo e fazia questão que constasse em ata e questão que todos se autoformem sobre este tema. Falou do compromisso três que trata sobre a nutrição e segurança alimentar e este compromisso e meta eram fundamentais em função da fome no país e no próximo governo terá essa questão de segurança alimentar. E pediu atenção aos eventos ocorrendo em nível nacional e internacional para que possam aumentar as dotações orçamentárias. Conselheiro José Silvino Gonçalves disse que imaginava a trabalheira que dava construir o relatório e falou que faz parte do grupo condutor do sistema prisional e falou do recurso para esta área. Solicitava a presença da SESAB nas Unidades Prisionais para dar visibilidade do recurso alocado na secretaria de justiça e disse que precisavam dialogar mais sobre esta situação e que não viam a SESAB presente porque só saia a Secretaria de Justiça e dava a impressão que essas pessoas quinze mil pessoas não eram cuidadas pela SESAB e viam que de acordo com o recurso não era verdade isso e precisava dialogar mais sobre isso. E por isso queria ver o nome da SESAB nas ações. Disse que quando começaram a tratar desse assunto não tinha apoio e hoje estava no relatório de gestão. Conselheira Isadora Oliveira Maia parabenizou a todos e todas e colocou que a intenção era sempre estarem participando, referiu compromisso cinco com baixo recursos para as pessoas com deficiências e doenças raras e precisavam rever isso, com muita responsabilidade a execução do estado, e falou do grupo GT criado no CES para discutir a saúde das pessoas com deficiências e doenças raras que deu uma pausa agora. Disse que o CEPRED faz um trabalho muito bom com a questão de órteses e próteses e que merece todo respeito. Falou do recurso do CES de quatro milhões e meio para provisão da realização da conferência e era praxe deixar para ano de conferência esse valor o que deveria ser divido com outras atividades e a disparidade era grande e poderiam alocar mais recursos para o controle social e precisavam rever e observar o plano para o ano que vem. Conselheiro Francisco José

397

398

399

400

401

402

403

404

405

406

407

408

409

410

411 412

413

414 415

416 417

418

419

420

421

422

423

424 425

426

427 428

429

430 431

432

433

434

435

436 437

438

439 440

441

442

443

444

445

Sousa e Silva parabenizou a equipe da APG e disse que iria fazer a primeira ressalva na questão da introdução e falou da importância da participação da comissão de orçamento e finanças do CES e pediu que a Secretaria Executiva que se retratasse porque enquanto comissão de orçamento não tiveram oportunidade de participar do trabalho apresentado e queriam saber por quem foi feito porque as críticas tem muito a ver com o trabalho desenvolvido na comissão e que não tiveram oportunidade de colocar. Sobre os ajustes disse que são muitos compromissos, metas e ações e não sabia se o tempo iria permitir análise das metas. Falou do recurso para a vigilância do Trabalhador e da Trabalhadora o que considerava o número muito pequeno no RAG para a importância do trabalho da vigilância e assistência da saúde do trabalhador e trabalhadora com 170.000 trabalhadores numa população de quinze milhões de pessoas e parecia que houve um incremento de vinte mil reais, indo de cento e cinquenta mil para cento e setenta mil e que entendiam que para quem tem como estado da Bahia, dentro dos estados da Federação a política estadual já implantada achavam que esse número era baixo e esperavam que para o próximo plano estadual de saúde tivessem outro retrato de uma maior possibilidade para essa ação que era importantíssima. Colocou sobre a iniciativa oito sobre a regionalização e que facilitava para o entendimento a discussão da regionalização quando estavam fora do estado, quando tinham que falar fora do Conselho porque sabiam que tinha o termo técnico e macrorregiões e para Núcleos e Bases de Saúde e em outras áreas a questão de regiões de saúde precisavam o entendimento de metas e ações dirimir melhor a situação do uso das nomenclaturas para enquanto conselho de saúde terem uma visão mais ampliada do processo de regionalização do estado. Disse que não seria de responsabilidade do Conselho o aporte para as ações do controle social porque o Conselho não era unidade orçamentária, sendo de responsabilidade do gabinete e porque o compromisso era apoiar as ações do conselho e no entendimento deles era de responsabilidade do próprio gasec. Conselheiro Raimundo Cintra disse que ouviu atentamente a apresentação e parabenizava. O que lhe chamava a atenção era a relação do investimento no RH do SUS e que estavam dialogando em nível nacional e teve intenção de desmonte e precisavam assumir ou reassumir a constância na política de investimentos não só na qualificação, mas sim no processo de negociação e que os valores repassados aos entes participativos do SUS, tem observado que na relação de gestão e trabalho, o trabalhador ficava com a parte pior. Referiu o piso da enfermagem e nas decisões nacional era para fazer levantamento do impacto financeiro. Disse que a SESAB tem feito vários repasses que administra os trabalhadores, mas sabiam das deficiências e pedia definição e pedia para a expositora falar o que estava em projeto e negociação a esse respeito e a nível nacional já tinha uma proposta de retomar as negociações do piso da enfermagem. Disse que a SESAB tem feitos vários repasses, mas sabiam das deficiências. Conselheira Ana Carina Dunham parabenizou a apresentação da APG e disse que estava feliz e brincalhona porque até aquela data comemorava a vitória política e que a Bahia salvou o Brasil. Disse que queria saber como eram as tratativas com o município de Salvador porque trabalhava no município e via um agente comunitário para uma equipe de saúde da família, que "isso não existe", e eram essas questões que para pensarem em números e metas queria saber como o estado poderia apoiar essas atividades na cobertura da atenção primária e que Salvador impactava sobre o estado da Bahia e queria saber qual o compromisso de Salvador. Quis saber como o estado faz a cobrança, as tratativas com Salvador. Disse que há muito tempo Salvador não tem concurso para agente comunitário e como era a contrapartida. E questionou como era que faziam saúde da família com um agente por equipe. Disse que esse indicador a preocupava muito e precisavam fortalecer a saúde do trabalhador e falou de incrementar o indicador da saúde do trabalhador e que trabalhava no CEREST de Salvador e que precisavam de olhar mais

447

448 449

450

451

452

453

454

455

456

457

458

459

460

461

462

463

464 465

466

467

468

469

470

471

472

473

474 475

476

477 478

479

480 481

482

483 484

485

486

487

488

489 490

491

492

493

494

495

criterioso na saúde do trabalhador do estado. E que precisavam saber o que estava 497 acontecendo com Salvador que há muito tempo não fazia concurso para agente 498 499 comunitário. Disse que em todo estado da Bahia as equipes estavam reduzidas. Disse que a saúde do trabalhador era muito lateralizada e precisava de olhar mais criterioso para 500 fortalecimento da saúde do trabalhador. O presidente Marcos Sampaio esclareceu que 501 na primeira reunião retiraram deliberação de que as comissões iriam funcionar da forma 502 como elas estavam, até que se estabelecesse a nova composição e algumas seguiram 503 funcionando e outras não. Algumas comissões tiveram o entendimento de que não 504 505 funcionava porque tinham a compreensão de que não estavam legítimas. Disse que toda documentação era enviada para todos os conselheiros e a PAS foi enviada para o e-mail 506 dos conselheiros mais de uma vez, sendo que a primeira vez foi enviada 30/09/2022. 507 Disse que algumas questões ficam no campo de vista do pleno e que não receberam 508 509 nenhuma recomendação o que poderia acelerar este processo no pleno e que era algo que precisavam quando recebessem os documentos fazer algum nível de avaliação. Disse que 510 no fortalecer do controle social sobre os recursos do CES é de praxe que sempre seja 511 512 disponibilizado o mesmo recurso ano a ano, e depois o CES planejava as atividades. Passou a fala para a Coordenadora Emanuele e a Secretária Adélia e depois colocava para 513 apreciação dos conselheiros. A senhora Emanuele começou pelo conselheiro Thiago 514 515 Campos e falou que o PGP tinha relação sim e que servia de alicerce do PES e PAS, as conferências também são produtos para construção dos planos, então tinha relação sim. 516 Disse que inclusive a equipe de transição solicitou documentos a saúde sobre PGP 517 518 anterior. Falou que tudo que foi pontuado aparece na questão da atenção básica, saúde do trabalhador, vigilância e tudo isso aprecia no relatório. Disse que as demandas são 519 inúmeras e que o orçamento era limitado e vem definido da Secretaria da Fazenda e que 520 521 tem que ir alocando de uma forma que ninguém fique de fora, dando cumprimento de forma efetiva e célere. Sobre o incremento de 9% referido pelo conselheiro Thiago disse 522 que recebem da secretaria da Fazenda e que era distribuído. 523 Sobre as doenças relacionadas as doenças climáticas passavam adiante para a área competente porque era 524 525 uma questão muito específica. Sobre a questão do recurso dos privados de liberdade foi uma solicitação do conselheiro José Silvino que aparecesse nos instrumentos PAS e PES 526 há um ano ou dois atrás sobre a saúde prisional. Sobre órteses e próteses e do valor baixo 527 528 disse que eles vão puxando ali e aqui para contemplar a todos e do recurso do CES durante o ano da conferência disse que sempre foi assim. Sobre a questão da saúde do trabalhador 529 e da trabalhadora referidos pelo conselheiro Francisco e a conselheira Ana Carina tinha 530 531 ali presente a superintendente Rívia e equipe técnica para responder. Disse que a questão de núcleos e bases era administrativa e que a SUPERH, DAB estavam tudo ali em 532 miniaturas para que as respostas fossem mais rápidas. Colocou que o núcleo representava 533 as superintendências como referência. Sobre o piso de enfermagem já existiam estudos 534 na SUPERH sobre impactos e a atenção básica e o estado apoiava, mas era de 535 responsabilidade dos municípios que a dificuldade com os municípios existia e que a 536 537 Saúde tem reforçados nos últimos anos. Conselheira Adélia Pinheiro (vice-presidente do CES) disse que inicialmente parecia haver repetição e na verdade era intencionalidade 538 de que um repercuta no outro o PES e PAS e era uma convergência. E que se olhassem o 539 540 PGP e o PAS tinha semelhanças e que o PGP representava a candidatura vitoriosa emanava dos atores que estão na Base. E o que parece repetição, chamaria de 541 intencionalidade e convergência. Com relação as questões climáticas o PAS faz 542 investimentos no LACEN e Lacenzinho para novas emergências sanitárias e o 543 financiamento da pesquisa pelo governo do estado e que pelo Governo Federal foi 544 decrescente e certamente não levou em consideração coisas que a ciência sinaliza. 545 Colocou que houve financiamento para emergências sanitárias. Disse que estava na pauta 546

do dia e precisavam ficar atentos e fortes não só pela covid, mas pelas emergências que 547 se apresentam na forma de desastres climáticos que apresentavam grande desafio. Sobre 548 549 o CEPRED estava no PGP e falou de retomar o papel dos Centros de Ensino e Referências e que precisavam ser mais incluídas as policlínicas como matriciadores e assistência 550 hospitalar fazendo um tecido de rede de assistência. Sobre os Núcleos eles têm referência 551 territorial as regiões de saúde e que o funcionamento de Núcleos e Bases é administrativo 552 de planejamento e execução em saúde. "O impacto do piso de enfermagem foi estimado 553 sim e encaminhado a instância nacional e foi enviado ao supremo". Disse que o 554 monitoramento em meta física não parecia dar respostas as expectativas qualitativas. 555 Disse que nem sempre o quantitativo se encontra com o qualitativo. E exemplificou 556 dizendo se atende 20 pacientes com diabete e 10 pacientes estão bem acompanhadas, 557 evita amputações e que mesmo investindo na atenção básica, ainda tem altos índices de 558 amputações. Disse que não é fácil fazer esse monitoramento, mas precisavam fazer. Disse 559 que o processo e o produto era um desafio. O presidente Marcos Sampaio colocou a 560 PAS para apreciação e aprovação. Foi aprovado com dezessete votos a favor. O presidente 561 falou da próxima pauta que era as comissões e que o CES enviou o formulário de inscrição 562 para participação nas comissões e perguntou se tinha divergência. Foi encaminhado para 563 o dia 28 de novembro as comissões. Conselheiro Francisco José Sousa disse que o GT 564 565 só fez uma reunião. Em relação a minuta encaminhada tinha sim algumas coisas para discutir e precisavam trazer um produto que facilitasse o interesse dos conselheiros em 566 participar das comissões. Sobre a recomendação sugerida pelo conselheiro Rosalvo sobre 567 a vacina de segunda geração perguntou se estava aprovada. O que foi consenso a 568 aprovação da recomendação da vacina de segunda geração. A senhora Emanuele 569 Figueredo coordenadora da APG informou de Seminário sobre o SIOPS seria nos dias 570 571 22 e 23 de novembro online e convidou a todos e todas a participarem. A conselheira Luiza sobre o Seminário disse que também fariam o link com o DIGISUS. Ficou 572 deliberado enviar oficio ao CNS da proposta do conselheiro José Silvino. A 573 superintendente Rívia Barros falou da construção do plano da saúde ambiental que todos 574 podem ajudar. A Secretária da Saúde Adélia Pinheiro agradeceu a todos e todas e reforçou 575 o convite da ABRASCÃO 2022 e agradeceu a todos e todas. Nada mais a tratar o 576 presidente Marcos Sampaio declarou encerrada a 291ª reunião ordinária do CES. Eu, 577 578 Elenice Sales Sobreira lavrei este resumo executivo.

579
580 **SEGMENTO DE GESTOR (04)**

581 O Secretário de Saúde do Estado da Bahia

Adélia Maria Carvalho de Melo Pinheiro(**Titular**)

583 Cássio André Garcia (Suplente)

584 <u>Um representante da Secretaria de Meio Ambiente</u>

585 Maurício Carneiro Paim (**Titular**)

586 Rosalvo de Oliveira Júnior (**Suplente**)

587 **SEGMENTO DE PRESTADOR**

- 588 (PÚBLICO E/OU PRIVADO)
- **PRESTADORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE (04)**
- 590 <u>Dois Representantes Estaduais dos Prestadores de Serviço em Saúde</u>
- 591 Federação das Apaes do Estado da Bahia- FEAPAES BA
- 592 Isadora Oliveira Maia (**Titular**)
- 593 Fundação da Associação Baiana de Medicina -FABAMED
- José Saturnino Rodrigues (Suplente)

| 595 | Um representante Estadual da Comunidade Científica |
|-----|--|
| 596 | Instituto de Direito Sanitário Aplicado — IDISA |
| 597 | Thiago Lopes Cardoso Campos (Titular) |
| 598 | Um representante da BAHIAFARMA |
| 599 | Jorge Castilho Mullem Neto (Suplente) |
| 600 | SEGMENTO DE TRABALHADOR |
| 601 | REPRESENTANTES DE TRABALHADORES NA ÁREA DE |
| 602 | SAÚDE |
| 603 | 04 (Quatro) Representantes Estaduais de Entidades Congregadas em |
| 604 | Sindicatos e Federações |
| 605 | Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do Estado da Bahia — |
| 606 | Sindicato dos Enfermeiros do Estado da Bahia – SEEB |
| 607 | Ana Carina Dunham Monteiro (Titular) |
| 608 | 04 (quatro) Representantes Estaduais de Conselhos de Classe e demais |
| 609 | Associações Profissionais; |
| 610 | Conselho Regional de Enfermagem da Bahia – COREN |
| 611 | Maria Luiza Leitão Campelo (Titular) |
| 612 | Holmes Rocha dos Santos Filho (Suplente) |
| 613 | Sindicato dos Farmacêuticos do Estado da Bahia – SINDIFARMA |
| 614 | Maria Soraya Pinheiro de Amorim (Suplente) |
| 615 | Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 7ª Região – |
| 616 | CREFITO 7 |
| 617 | Anderson Freitas de Santana (Titular) |
| 618 | Conselho Regional de Odontologia – CROBA |
| 619 | Maria da Conceição Sanches Passidomo (Titular) |
| 620 | Kairo Silvestre Meneses Damasceno (Suplente) |
| 621 | SEGMENTO DE USUÁRIO (16) |
| 622 | 04 (quatro) Representantes Estaduais do Fórum de Entidades de |
| 623 | Patologias. |
| 624 | Núcleo Assistencial para Pessoas com Câncer – NASPEC |
| 625 | Lourani Maria Carneiro dos Santos (Suplente) |
| 626 | Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase – |
| 627 | MORHAN Min Âul I Min Suit (Suit Au) |
| 628 | Maria Ângela da Mata Santos (Suplente) |
| 629 | 03 (TRÉS) Representantes Estaduais de Entidades Congregadas em |
| 630 | Centrais e Federações de Trabalhadores Urbanos e Rurais, Exceto |
| 631 | Entidades da Área da Saúde. |

| 632 | Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB |
|-----|--|
| 633 | Francisco José Sousa e Silva (Titular) |
| 634 | Federação Interestadual dos Trabalhadores e Trabalhadoras na |
| 635 | Indústria da Construção e do Mobiliário no Estados da Bahia e |
| 636 | Sergipe – FETRACOM-BASE |
| 637 | Edson Cruz dos Santos (Titular) |
| 638 | 02 (dois) Representantes Estaduais do Fórum de Pessoas com |
| 639 | <u>Deficiência</u> |
| 640 | Associação das Pessoas Com Albinismo na Bahia – APALBA |
| 641 | Maria Helena Machado Santa Cecilia (Suplente) |
| 642 | Um Representante Estadual de Entidades Congregadas em Federações |
| 643 | e Associações Patronais Urbanas e/ou Rurais, Exceto Entidades |
| 644 | Patronais da Área da Saúde. |
| 645 | Federação das Indústrias do Estado da Bahia – FIEB |
| 646 | Milena Botelho Pereira Soares (Titular) |
| 647 | Um representante do Fórum de entidades religiosas |
| 648 | Confederação Nacional dos Bispos do Brasil - Regional Nordeste 3 – |
| 649 | Bahia e Sergipe - CNBB |
| 650 | Maria Helena Ramos Belos (Titular) |
| 651 | Um Representante Estadual Fórum de Entidades de Aposentados e/ou |
| 652 | Pensionistas, Associação dos Pensionistas e Aposentados |
| 653 | Associação Habitacional, Esporte, Cultura, Lazer e Formação |
| 654 | Profissionalizantes dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Ramo da |
| 655 | Seguridade Social na Bahia - AFOSHACLASS-BA |
| 656 | Raimundo Rodrigues Cintra (Suplente) |
| 657 | Um Representante Estadual Fórum de Combate a Violência |
| 658 | Centro Afro de Promoção e Defesa da Vida Padre Eziquiel – CAP |
| 659 | DEVER |
| 660 | José Silvino Gonçalves dos Santos (Titular) |
| 661 | Um Representante Estadual do Fórum de Entidades do Movimento |
| 662 | <u>Antirracista</u> |
| 663 | Fórum Pensar Saúde |
| 664 | Marcos Antonio Almeida Sampaio (Titular) |
| 665 | |
| 666 | Um Representante Estadual de Populações Indígenas ou Quilombolas |
| 667 | Centro de Educação e Cultura do Vale do Iguape |
| 668 | Ananias Nery Viana (Suplente) |
| 669 | |